



Jornal Notícias

02-05-2014

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 110603

Temática: Sociedade

Dimensão: 607

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/14

EX-DIRETOR DO MAI PRESO P.14

**Empresas suspeitas
de ganhar 12 milhões
em ajustes diretos**

Estado deu 12 milhões por ajuste direto a empresas investigadas

Ex-diretor do MAI preso por corrupção não foi o único a adjudicar obras sem concurso

Nelson Morais
e **Nuno Miguel Maia**
policia@jn.pt

AS CERCA DE 30 EMPRESAS envolvidas no processo de corrupção em que acaba de ser preso o ex-diretor-geral de Infraestruturas e Equipamentos do Ministério da Administração Interna, João Alberto Correia, têm beneficiado de ajustes diretos por parte de muitas outras entidades públicas que lhes renderam mais de 12 milhões de euros.

Estas sociedades beneficiaram de ajustes diretos de 3,7 milhões de euros da Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos (DGIE), no período em que esta foi dirigida por João Alberto Correia (março de 2011 a fevereiro de 2014). Mas, no mesmo período, faturaram mais oito milhões de euros com centena e meia de contratos com o Estado e também sem concurso público.

A grande maioria desses contratos, de acordo com a consulta que o JN fez no site onde são divulgados os contratos públicos, diz respeito a obras e foi celebrada no ano passado, com municípios e serviços municipalizados, universidades, o Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, o Instituto de Emprego e Formação Profissional ou a Direção-Geral do Património, entre outras entidades.



João Alberto Correia foi colocado em prisão preventiva após interrogatório judicial

O próprio Serviço de Estrangeiros e Fronteiras fez vários ajustes diretos a algumas das empresas em causa, não obstante a DGIE, no período sob investigação, também ter celebrado vários contratos do mesmo tipo, visan-

do, igualmente, obras e outros serviços em instalações ocupadas por aquele mesmo órgão de polícia criminal.

A característica essencial dos contratos em causa está no facto de o seu valor não ultrapassar os 150 mil euros,

pois, a partir desse valor, o Código dos Contratos Públicos obriga as entidades adjudicantes a realizar outro tipo de procedimentos, como seja o concurso público, por exigências de transparência e respeito pela concorrência.

João Correia, detido pela Polícia Judiciária e sujeito a prisão preventiva, é suspeito de ter recorrido de forma abundante aos ajustes diretos como forma de evitar concursos e de receber benefícios económicos por isso.

Para o efeito, fracionaria as obras, por contratos diversos com valor inferior a 150 mil euros. Em menos de três anos, adjudicou 14 contratos de valor entre 140 e 150 mil euros, para a realização de obras em instalações de entidades tuteladas pelo MAI, como são a PSP, o SEF e a Proteção Civil. ●

ARQUITETO LIGADO A LOJA MAÇÓNICA "25 DE ABRIL"

► João Alberto Correia, 48 anos, doutorado em arquitetura, é filho de João Rosado Correia, antigo ministro do Equipamento Social e ex-grão-mestre do Grande Oriente Lusitano. Tal como o pai (falecido em 2002), é membro da maçonaria, integrando a "Loja 25 de Abril", liderada por Vasco Lourenço e da qual farão

parte figuras como Mário Morgado (ex-diretor da PSP e atualmente juiz no Supremo) e Artur Penedos (ex-assessor de José Sócrates enquanto primeiro-ministro). No Governo de José Sócrates, trabalhou como adjunto de Conde Rodrigues na secretaria de Estado da Justiça, e nas Obras Públicas foi consultor de Paulo Campos.



Quatro ajustes para o SEF em Santarém

A adaptação das instalações do Governo Civil de Santarém para acolher o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras deu origem a quatro ajustes diretos, entre maio de 2012 e julho de 2013, no montante de cerca de 350 mil euros.

Luz para a PSP em Aveiro custou 147 mil euros

O edifício do antigo Governo Civil de Aveiro acolheu a PSP, mas as suas infraestruturas elétricas foram consideradas "desadequadas às novas funções". Um ajuste direto de 147 995 euros adequou-as.



Eletricidade no SEF de Viana custou 147 mil

A adaptação do antigo Governo Civil de Viana do Castelo ao SEF levou a Direção-Geral do MAI a fazer um ajuste direto, para reabilitação da rede elétrica do edifício, no montante 147 689 euros.

Gastos 293 mil euros no Trânsito da PSP do Porto

O MAI fez três empreitadas no edifício da Divisão de Trânsito da PSP do Porto. Gastou 148 mil em demolição e obras de revestimento, 73 mil em instalação elétrica e 70 mil em fornecimento de sanitários e tubagem.